

Infâncias em marcha: resgatando as memórias de crianças da Coluna Prestes*

Childhoods on the march: rescuing the memories of children from the Coluna Prestes

Giovanna Quitete**
Zoia Prestes***

Palavras-chave:
Coluna Prestes
Pequenos combatentes
Infância

Resumo: O presente artigo, diante do centenário da Coluna Prestes (1924-1927), discute a presença de atores invisibilizados no contexto de estudos do referido movimento: crianças e adolescentes que acompanharam homens e mulheres ao longo dos vinte e cinco mil quilômetros da Marcha da Liberdade. Com base em acúmulos da historiografia da infância e de análise de produções sobre esse evento, presentes no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), objetiva-se evidenciar a relevância do estudo sobre a presença de crianças que vivenciaram as suas infâncias num contexto de conflito, como a Coluna Prestes. Além disso, aponta-se para a importância e os desafios no resgate de dados sobre esses pequenos combatentes em estudos acadêmicos.

Keywords:
Coluna Prestes
Little combatants
Childhood

Abstract: This article, on the occasion of the centenary of the Coluna Prestes (1924-1927), discusses the presence of invisible actors in the context of studies of this movement: children and adolescents who accompanied men and women along the twenty-five thousand kilometers of the Freedom March. Based on the accumulations of the historiography of childhood and the analysis of productions on this event, present in the Catalog of Dissertations and Theses of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), the objective is to highlight the relevance of studying the presence of children who experienced their childhoods in a context of conflict, such as the Coluna Prestes. It also points to the importance and challenges of recovering data on these little combatants in academic studies.

Recebido em 17 de março de 2025. Aprovado em 12 de maio de 2025.

Introdução

Os anos 1920 foram, no Brasil e no mundo, palco de inúmeros eventos históricos que deixaram profundas marcas e significativo legado para as gerações seguintes. É esse o caso da Marcha da Liberdade, que, liderada por Luiz Carlos Prestes, percorreu cerca de 25 mil quilômetros pelo interior brasileiro entre os anos de 1924 e 1927. Em 2024, chegamos ao centenário do início do percurso do

movimento que ficou conhecido como Coluna Prestes, em que homens e mulheres, crianças e jovens marcharam em prol de pautas políticas, sociais e econômicas, buscando uma transformação da realidade brasileira vigente à época.

Esse evento pode ser considerado um dos mais destacados do século XX no Brasil, vinculando-se intimamente ao movimento tenentista brasileiro. Ao percorrer o interior do país, contestando os ideais da República Velha, período

* O presente artigo tem por base os resultados da pesquisa realizada no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, PIBIC/UFF/CNPq, 2023-2024.

** Licenciada em História e graduanda em Pedagogia na Universidade Federal Fluminense. E-mail: giovannaquitete@gmail.com.

*** Doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br.

compreendido desde a proclamação da República até o início da Era Vargas, os tenentes, como eram conhecidos, sofriam constantemente com as investidas do exército do estado que reprimia a marcha, levando a baixas de ambos os lados do conflito. A Coluna, entretanto, ganhou força ao aglutinar civis e apoiadores por todos os locais pelos quais passava, tornando-se um movimento que fincou raízes na luta pela transformação social.

A Coluna Prestes faz parte do imaginário nacional e deixou marcas na história. Gerou lendas e impactou vidas, principalmente, por onde passou, mas não só. Transformou inúmeros aspectos da realidade sociopolítica brasileira e, também, militar. Seu mais famoso comandante, Luiz Carlos Prestes, se tornou um dos maiores líderes do século XX, após se debruçar sobre as ideias marxistas e ingressar nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro, vindo a ser seu Secretário Geral por mais de 60 anos.

Ao falar dessa Marcha, porém, jamais deve se restringir aos seus grandes homens, aos militares, aos seus comandantes ou, até mesmo, a quem lhe empresta o seu próprio nome. Ao registrar e estudar a história da Grande Marcha, é importante atentar para sua composição plural e diversa do contingente de militares e civis, de todas as idades, que a fizeram repercutir da forma como a conhecemos hoje.

Em levantamento realizado no portal de Dissertações e teses da CAPES, encontramos a dissertação da professora Maria Meire de Carvalho (2001), da Universidade Federal de Goiás. Podemos, sem dúvida, afirmar que este foi o primeiro trabalho de pesquisa que aponta para a existência de pequenos combatentes. Posteriormente, em sua tese de doutorado, de 2008, ela afirma:

Era um contingente formado por homens, mulheres, **crianças**, civis e militares que combateram por dois anos e sete meses o governo do presidente Artur Bernardes (1922-26), acusado de autoritário e de ferir o estado de direito (Carvalho, 2008, p. 134, grifo nosso).

Nunca houve no mundo, antes ou depois da Coluna, movimento semelhante do qual trata esse artigo. As pautas dos jovens tenentes giravam em torno da contestação de valores da República Oligárquica e seus interesses, sustentados pelo coronelismo, pela ausência de democracia,

desigualdade social, analfabetismo, entre outros fatores que geraram a revolta de muitos brasileiros. “A verdadeira história da Coluna Prestes”, para a historiadora Anita Leocádia Prestes, é

(...) uma história de luta abnegada, de armas na mão, contra as oligarquias dominantes personificadas no presidente Artur Bernardes; uma história de rebeldia, da qual participaram não só os “tenentes”, mas também contingentes numerosos de homens e mulheres oriundos do povo; uma história que, diferentemente dos estereótipos propagados com insistência pela classe dominante, a nossa gente revelou que, em condições propícias, motivada por um objetivo em que acredita e dispondo de lideranças confiáveis, é capaz de organizar-se e lutar, com grande heroísmo e infinito desprendimento, pela causa abraçada (Prestes, 1997, p. 25-26).

A Coluna Prestes passara a ser uma lembrança incômoda e perigosa não só porque o seu principal comandante e liderança de indiscutível prestígio nacional se tornara comunista, como também porque constituía um exemplo de luta armada que a classe dominante não conseguira esmagar, apesar da superioridade militar e logística das forças lançadas contra os rebeldes (Prestes, 1997, p. 26).

Dessa forma, é de relevância histórica pôr na ordem do dia, em pleno centenário da Marcha, novos estudos e perspectivas de análise sobre esse acontecimento, considerando, inclusive, que existe um número ainda muito pequeno de trabalhos acadêmicos presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre a Coluna Prestes, valendo destacar que nenhum deles trata da temática aqui abordada. O estudo sobre a presença de crianças e a repercussão de suas vivências ao longo da marcha no dia a dia e nos combates em suas infâncias é ainda algo inédito tanto para o estudo da infância, quanto para a historiografia brasileira.

A historiografia da infância ainda é algo bastante novo entre os estudos da História se estabelecermos paralelos com áreas já consolidadas desta ciência. O campo, fundado pelo francês Philippe Ariès em 1960, com a publicação da obra

História social da criança e da família, assume maior relevância no cenário brasileiro apenas nos anos 2000. Além disso, o Grupo de Trabalho de História da Infância e Juventude da Associação Nacional de História (ANPUH) foi fundado apenas em 2013, após alguns anos de produções nesta área e discussões no âmbito da entidade, o que nos leva a crer que é somente nesse momento que o campo adquire referências sólidas no cenário brasileiro.

Outras áreas das ciências humanas, no entanto, aliadas da História para compreensão dos estudos da infância, já se debruçavam sobre o objeto em questão muito antes dos historiadores, como é o caso da Sociologia. Além dos sociólogos, temos uma vasta produção intelectual no campo da pedagogia e da psicologia, que está debruçada sobre questões relacionadas a crianças e infâncias, ressaltando a importância de pesquisas científicas sobre a educação e o desenvolvimento infantil na relação com a sociedade e seu papel diante dos novos seres que chegam a esse mundo. Ainda assim, com produção avançada no campo das humanidades, e com a criança assumindo aos poucos seu lugar na sociedade, a expectativa da consolidação da historiografia da criança está longe de ser alcançada.

Dessa forma, o intuito é contribuir com a produção científica, tanto no campo da historiografia, como no de estudos sobre educação e desenvolvimento humano, acerca de crianças que vivenciam ou vivenciaram suas infâncias em meio a processos de contestação social e luta armada como a Coluna Prestes, que nunca esteve em evidência na academia. Com isso, objetivamos ressaltar a narrativa das infâncias e a percepção da criança no curso da história como forma de agregar aos relatos dos bravos tenentes fatos e informações sobre a participação dos pequenos combatentes da coluna invicta.

Isso posto, é essencial refletirmos sobre algumas questões: Qual o lugar da criança na sociedade brasileira? Ele foi sempre o mesmo? Por que o sentimento da criança ainda pouco nos interessa, se comparada à narrativa dos “grandes homens” da humanidade? Esses são alguns questionamentos fomentados pela historiadora Mary Del Priori na apresentação de sua obra intitulada *História das Crianças no Brasil*.

A Coluna Prestes (1924-1927) celebra 100 anos em 2024. Tendo esse fato no horizonte, o presente artigo apresenta uma análise e discute a presença de crianças e adolescentes que acompanharam a Marcha da Liberdade ao longo dos vinte e cinco mil quilômetros ao lado (ou no colo) de homens e mulheres. A relevância desse estudo tem por base um levantamento bibliográfico-documental que aponta para a inexistência de trabalhos acadêmicos sobre o tema. Por isso, além de analisar e discutir pesquisas já realizadas, pretende-se apontar os desafios de se resgatar as memórias desses pequenos combatentes, pondo em evidência as infâncias vivenciadas em contexto de luta.

Dessa forma, o intuito é contribuir com a produção científica, tanto no campo da historiografia, como no de estudos sobre educação e desenvolvimento humano, acerca de crianças que vivenciam ou vivenciaram suas infâncias em meio a processos de contestação social e luta armada como a Coluna Prestes, que nunca esteve em evidência na academia. Com isso, objetivamos ressaltar a narrativa das infâncias e a percepção da criança no curso da história como forma de agregar aos relatos dos bravos tenentes fatos e informações sobre a participação dos pequenos combatentes da coluna invicta e suas memórias, buscando romper com o imaginário coletivo já estabelecido sobre o evento e estabelecer uma melhor compreensão da identidade plural dos componentes da Coluna Prestes.

Os anos 1920 brasileiro: o terreno de onde emergiu a Coluna Prestes

A escrita da história passa pela construção de uma narrativa em que cada um dos elementos que nela se insere representa os interesses e ideais daqueles que a escrevem. Ao longo de grande parte da história da humanidade, sobrepôs-se, sob qualquer outra perspectiva, a história dos grandes homens e fatos. No ano de 1929, porém, há uma importante virada nesse processo. Inicia-se, na França, o que o historiador britânico Peter Burke (2010) define como a Revolução Francesa da Historiografia, com a fundação da Escola dos Annales. Ele entende, portanto, que esse processo é

revolucionário porque representa uma mudança de paradigma na forma de se fazer história: surge uma oposição à narrativa dos grandes homens e fatos, à história baseada unicamente nos documentos oficiais, à história positivista.

Mais tarde, o historiador marxista britânico, Edward Palmer Thompson, desenvolve como parte da sua contribuição à historiografia o que vem a ser chamado de história dos de baixo, ou seja, dos que estão na base da hierarquia social do sistema capitalista. Nesse sentido, Thompson se dedica a pensar a história da classe trabalhadora, subvertendo os marcos hegemônicos da historiografia tradicional.

Enquanto o mundo vivia um trágico período entre Guerras após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), era fundada a União Soviética e a África enfrentava os horrores do domínio colonial. Aqui, no Brasil, a década de 1920 presenciou muitos eventos imponentes que deixaram profundas marcas na história do país. Podemos citar, por exemplo, a Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro de 1922, que garantiu grande dimensão ao “questionamento dos padrões culturais e artísticos consagrados pelos setores sociais dominantes - que, entretanto, ultrapassava pelo seu significado, os limites dos problemas estritamente culturais” (Prestes, 1997). O Brasil vivenciava um período de críticas e questionamentos a todas as esferas da estrutura social.

Nos cabe observar também que data de 1917, pouco antes da tão substancial década de 1920, a primeira Greve Geral brasileira. A organização dos trabalhadores contou com influência anarquista e, também, com a inspiração dos ventos russos com o triunfo da Revolução de Outubro, que levou os bolcheviques ao poder. Como reflexo também da revolução russa é fundado, em 25 de março de 1922, em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que desempenhou um importante papel de organizador das lutas da classe trabalhadora brasileira. Luiz Carlos Prestes, na década de 1930, integrou-se ao partido, tornando-se um de seus quadros políticos de maior importância durante mais de um século de existência (Passetti, 2023; Prestes, 1997).

Em se tratando da mencionada greve geral, é importante perceber o envolvimento das crianças nesse momento da história. Ocorrida em São Paulo,

a greve trazia, como uma de suas bandeiras, denúncias a respeito do trabalho infantil na cidade, o que provocou forte repercussão. Edson Passetti, no capítulo Crianças Carentes e Políticas Públicas, da obra História das Crianças no Brasil, explica:

Denunciava-se o desrespeito, entre tantos outros, ao decreto nº 13.113, de 17 de janeiro de 1891, que proibia o trabalho de crianças em máquinas em movimento e na faxina. Os anarquistas alertavam para a situação das crianças e jovens trabalhadores, explicitando as péssimas condições de trabalho dos adultos e, por último, as formas de sobrevivência da família de trabalhadores (Passetti, 1999, p. 351).

As condições de vida à época eram complexas no campo e na cidade. A dos mais pobres, evidentemente, era extremamente precária. As marcas do passado escravagista, tendo em vista que a Lei Áurea é datada do ano de 1888, ainda são muito presentes nessa sociedade, que em nenhum momento planejou o momento posterior à abolição. O poder político se alternava entre oligarcas voltados para a defesa dos interesses de seus próprios grupos e era notório que a produção cafeeira passaria a alterar o perfil social e de classe no país, gerando certo aburguesamento, sobretudo, entre os paulistas.

Essas mudanças na composição social geraram uma série de demandas, pautadas pelos novos atores que entram em cena, e o Brasil se vê diante de uma crise durante o pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1916), sendo o conflito também um agravante. Crise econômica, demandas de grupos políticos não sendo atendidas, desemprego, dificuldades na manutenção da vida cotidiana, desigualdade social e ausência de democracia - esses fatores são parte do contexto em que se insere a Coluna Prestes.

Ninguém aguentava mais a camisa de força do regime político vigente na República Velha. Poucos anos antes, no final da década anterior, haviam ocorrido grandes greves e manifestações operárias, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, violentamente esmagadas pela classe dominante, criando sérias dificuldades para o soerguimento do movimento operário nos anos 20. Agora, eram as camadas médias urbanas que ingressavam de forma significativa na cena política

tornando patente o crescente descontentamento com o sistema dominante (Prestes, 1997, p. 64).

À época, porém, não se apresentavam saídas por vias revolucionárias no sentido marxista do termo, de mudanças estruturais. Os tenentes, um entre os vários outros grupos inseridos no setor das camadas médias urbanas, são protagonistas diante desse cenário político. Resultado da crise da República Oligárquica, que se aprofundou na década de 1920, o movimento tenentista tem como sua primeira ação o Levante dos 18 do Forte de Copacabana (1918), que, dois anos antes da Coluna Prestes, abriu uma crise no governo hegemônico dos oligarcas. Sem ilusões, a historiadora Marly Vianna sustenta a respeito da Marcha que se iniciou em 1924 a ideia de que:

Representação, justiça, ordem, honestidade foram as vagas palavras de ordem que os tenentes defenderam. Apesar de vagas, eram o máximo de democracia que esses grupos estavam dispostos a defender para participar do poder. Elitistas, os tenentes fariam uma revolução pelo povo e contra a politicagem corrupta que a seu ver assolava o país. A Coluna foi o grande feito que buscou realizar esses ideais (Vianna, 1998, p. 56).

E as crianças, onde estão?

Diante de toda a conjuntura social e política exposta, existe uma categoria de pessoas que é sempre posta em último plano, ou até mesmo descartada, tendo suas ações, percepções e vivências desconsideradas por estudos e pesquisas. Essa categoria abrange as crianças. Segundo Priori:

(...) a história da criança feita no Brasil, assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelas autoridades, daquele no qual a criança encontra-se cotidianamente imersa (Priori, 2023, p. 08).

Não é privilégio dos países subdesenvolvidos – ou em desenvolvimento – as desigualdades às quais estão submetidas as crianças. E isso se relaciona, inclusive, com o direito à memória. Quanto se vê, se

fala ou se ouve de crianças que sofreram com as grandes guerras ou com a violência colonial ao redor da Terra?

Ainda que longe do ideal, o cenário nos parece um pouco animador. Priori (2023, p. 9) afirma que, “o estudo das representações ou das práticas infantis é considerado tão importante que a historiografia internacional já acumulou consideráveis informações sobre a criança e seu passado”. Qual é, porém, a expressão desses trabalhos?

A história da infância surge da história da família e da ousadia de Ariès de compreender o lugar de onde falam esses pequenos seres humanos. É da França o pioneirismo da implementação do que conhecemos como demografia histórica, um método quantitativo de estudarmos a população humana, para o estudo da família. Com registros da vida privada, entendendo as crianças como filhos, uma parte integrante da vida doméstica, que vemos as crianças surgirem na historiografia.

Diante de uma produção quase nula a respeito da história das crianças da Coluna Prestes e, também, diante dos impasses com fontes e dados mais apurados, ainda permanecem muitas questões a respeito das discussões teóricas acerca da infância na primeira república, sobretudo no que tange às infâncias no interior, por onde a Marcha da Liberdade passou. Qual era a realidade social das crianças e jovens nesse período, considerando as variáveis decorridas da extensão continental do Brasil? Qual a expressão da criança nos anos 1920 brasileiro para além das capitais? Como seria viver sendo criança nesse momento e nessa Marcha? Qual poderia ser a percepção da criança nesse momento?

A criança passa a fazer parte da historiografia brasileira, de forma mais recorrente apenas nos anos 2000, como já citado na introdução deste texto. Nos cabe refletir, diante desse cenário, os motivos dessa ação tão tardia dos historiadores e historiadoras do Brasil.

O sociólogo Florestan Fernandes, em sua monografia (1944), inaugura o que vem a ser chamado de Sociologia da Infância. “O foco principal”, afirma a professora Anete Abramowicz, “foi evidenciar os processos de socialização das crianças, por meio daquilo que Florestan chamou de ‘cultura infantil’, no debate com a cultura adulta”

(Abramowicz, 2022, p. 23). Apesar de a Sociologia como ciência já se preocupar com as relações sociais infantis há pelo menos oitenta anos, a docente, que é socióloga, afirma ainda que “a sociologia da infância vem sendo quase ignorada pelos sociólogos, que por alguma razão abandonaram o tema sobre a socialização das crianças” (Abramowicz, 2022, p. 24). Ou seja, o fenômeno do escanteamento do estudo da criança não é exclusivo dos historiadores no contexto das ciências humanas.

Os profissionais da assistência e atendimento à infância, sejam eles vinculados à área da Educação, sejam eles do Serviço Social, também começaram a refletir sobre a infância no Brasil muito antes dos historiadores. Ainda que com valores morais bastante conservadores, estes têm se transformado gradualmente ao longo do tempo. São também esses e essas profissionais, junto com movimentos sociais e populares, que levam a discussão dos direitos das crianças para o campo das políticas públicas. Passados os anos da Ditadura Militar, as preocupações com as crianças ganham algum destaque em documentos oficiais, como na própria Constituição de 1988, e, principalmente, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, mas também com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996.

Ainda que com tamanho empenho de pesquisadores de tantas áreas que se encontram no campo de Estudos da Infância, pode-se observar que os trabalhos realizados até então não instigaram pesquisas sobre a relação de crianças com a Coluna Prestes até o presente trabalho, que se dedica à apuração desta temática. Não é exclusividade, porém, desse tema tão específico. Embora não seja objetivo do presente trabalho, temos nos voltado também a perceber se, de alguma forma, o aparecimento das crianças na legislação federal a partir da Constituição de 1988 implica ou não na consolidação da historiografia da infância brasileira.

A Coluna Prestes nos trabalhos de pós-graduação

A fim de compreender o que se têm produzido e as narrativas construídas sobre a Coluna Prestes, foi realizado um estudo dos trabalhos

presentes no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, partindo da premissa que, em alguma medida, essa plataforma expressa os resultados que têm sido obtidos a partir de pesquisas acadêmicas e científicas. Para chegar ao resultado que desejávamos - mapear as pesquisas que têm como seu objeto o movimento liderado por Prestes e suas ênfases - filtrou-se pelo termo coluna prestes na ferramenta de pesquisa da plataforma, que resultou em um total de 56 resultados. Quando filtrado entre aspas, a plataforma apresenta uma quantidade mais selecionada, de 32 trabalhos. Foi a partir do primeiro resultado, contudo, que realizamos a análise dos dados que serão aqui apresentados.

Dentre as 56 produções disponíveis no Catálogo, estavam presentes 44 dissertações de mestrado, dez teses de doutorado e dois trabalhos a nível de especialização. Desse conjunto, 27 obras foram descartadas em primeira análise, a partir de seus títulos e áreas de estudo. Grande parte deles se relacionavam à saúde, abordando a coluna no sentido esquelético, e provinham da Medicina ou Enfermagem. Outros tinham suas origens na Química, no Direito, na Letras, na Biotecnologia e até mesmo na Ciência da Computação.

Dos 29 estudos selecionados para nova análise, 22 eram dissertações, seis eram teses, e um era fruto de especialização. Nesse momento, restavam, além dos trabalhos que buscávamos, produções que divergiam completamente do tema, além das relacionadas a Luiz Carlos Prestes somente, e outras, como por exemplo uma dissertação que se dedicou à discussão da relação da historiadora Anita Leocádia Prestes com a historiografia brasileira. Foram descartados todos os que não tinham a Coluna Prestes como objeto principal ou não realizassem discussão sobre o evento e suas repercussões de forma mais direcionada. Após investigação a partir dos resumos das obras e seus títulos - no caso da não localização do trabalho e da possibilidade de aferir conclusões apesar dessa condição -, restaram 23 trabalhos a serem analisados, sendo eles de autoria de 21 pesquisadores diferentes.

Toda essa investigação baseou-se no propósito de buscar se, em alguma pesquisa já publicada, abordou-se a presença de crianças na Marcha. Partiu-se, também, da hipótese de que a presença de mulheres na Coluna poderia levar-nos

ao encontro das personagens que buscávamos, ou seja, buscamos, também, pesquisas que dessem ênfase a essa temática. Assim, o cenário explorado na análise final compreendeu quatro trabalhos de doutorado, um trabalho de especialização e dezoito trabalhos de mestrado, dentre os quais cinco discutem o tema principal de forma tangencial, ainda que com relevância no conjunto da obra, e dezoito aprofundam-se em detalhes do evento centenário.

Fazendo valer o princípio da integralidade, e na intenção de perceber a totalidade das produções, não só o seu resultado publicado, estabelecemos categorias de análise para mapear as origens de onde vêm os estudos relacionados. Assim, concluiu-se que vinte deles advêm de universidades públicas de diferentes esferas, sendo a maioria de instituições federais, dois se originaram em universidades privadas, e ainda observou-se uma produção derivada de uma universidade comunitária. Em termos melhor detalhados, existe uma produção da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), a única universidade comunitária, e duas produções de instituições privadas, uma da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e uma da Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS), instituição jesuíta. Das universidades públicas são: quatro produções da Universidade de Brasília (UnB); a Universidade Federal Fluminense (UFF), a Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Goiás (UFG) somam, cada uma, dois trabalhos; e além dessas, apresentam uma única obra a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Estadual do Ceará (UECE), a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), a Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

À vista disso, pôde-se constatar que o Centro-Oeste é a região do país com o maior número de obras (07), seguido do Sul e Sudeste, que empatam na marca de seis pesquisas cada uma. O Nordeste possui seis, e a região Norte não possui registros de trabalhos sobre a Coluna Prestes no

catálogo da CAPES. Essa estatística pode evidenciar relações com os impactos do movimento em cada um desses territórios e as marcas perpetuadas em cada um deles, assim como os reflexos dessas memórias nas gerações seguintes aos combatentes. Não nos debruçaremos, contudo, a pormenorização dessa análise no presente artigo.

A investigação em tela demonstrou ainda que não são apenas os programas de pós-graduação dedicados aos estudos históricos que veem interesse no movimento liderado por Prestes. Apesar de haver o registro de catorze pesquisas vinculadas à programas de pós-graduação em História, e ainda pesquisas vinculadas a programas de História e Cultura, História, Poder e Práticas Sociais, e História, Política e Bens Culturais, existem dois trabalhos vinculados à programas de pós-graduação em Letras, e trabalhos em programas de Ciências Sociais, Relações Internacionais, Ensino em Ciências e Patrimônio.

Os temas abordados pelos mestres e doutores se encaixam em dez diferentes categorias. I) Em maior número, estão as discussões dedicadas essencialmente à história local e regional. São seis. II) Em seguida podemos observar quatro trabalhos que se debruçam em aspectos mais generalistas do movimento. III) São, também, quatro produções relacionados às narrativas sobre a Coluna Prestes, entretanto, duas têm seu foco no estudo de jornais, trabalhando a temática de narrativas jornalísticas, uma trabalha a narrativa na perspectiva de análise de discursos, e uma entrecruza as narrativas e a memória dos combatentes com o ensino de Língua Portuguesa. IV) Dentro da categoria de estudos de gênero, são dois trabalhos sobre a história das mulheres combatentes. Outras categorias com dois trabalhos são: V) a que relaciona a história local com as discussões de memória, e VI) a que relaciona a história local com a construção da biografia de combatentes que compuseram as fileiras com Prestes. Quatro categorias se constroem a partir de um só texto, são temas ainda pouco explorados por pesquisadores. VII) Tenentismo e Reforma Agrária. VIII) A relação da Coluna Prestes com a política externa. IX) A relação da Coluna Prestes com o Cangaço. X) Ensino de História local.

A produção acadêmico-científica sobre a Coluna Prestes é inaugurada no ano de 1989, a

partir da tese de Anita Prestes, que se utiliza da metodologia da história oral para sua construção. Na primeira década deste século, entre 2001 e 2010, há um total de dez trabalhos produzidos. Entre os anos 2011, o ano com mais produções, quatro, e o ano de 2020, são nove trabalhos. Na presente década, a contar desde 2021, já se nota a soma de três produções.

A partir da análise dos resumos dos trabalhos e de seus sumários, quando possível, uma vez que nove produções não foram encontradas, os assuntos abordados muito nos chamaram a atenção. Todos eles abordam temas de necessidade fundamental se tratando de um evento histórico de tamanha magnitude. A preocupação com a reforma agrária, uma pauta tão centenária como a Marcha, a presença feminina e suas repercussões num ambiente tão machista e masculinizado, demonstram que a historiografia tem avançado na percepção de que a história se constrói e é construída também por aqueles que têm sua voz diminuída ou silenciada pelo sistema.

O estudo das crianças e infâncias na Coluna Prestes: um trabalho em potencial

Em primeiro momento, pensar na presença de crianças em um movimento como a Marcha da Coluna Prestes, um dos maiores eventos militares das Américas, pode causar certo espanto. Afinal, conflitos como esse não são locais onde espera-se encontrá-las. No entanto, elas estão. Por diferentes motivos, crianças e jovens experimentam as lutas populares ou mesmo contexto de guerras. É o caso da Guerra do Paraguai e os aprendizes de marinheiros.

Assistidos nas companhias de aprendizes de marinheiro, criadas em 1840, meninos de menor idade eram acolhidos através de um recrutamento, que podia se dar de diferentes formas. Inseridos nessas companhias, voltavam-se para contribuir com a Marinha, voluntária ou compulsoriamente. Nos moldes de um internato, viviam em condições precárias em diferentes aspectos: violência entre os internos, assim como da parte da corporação, além

de alojamento e alimentação inadequadas. A princípio

esse recrutamento incidia sobre três grupos: os enjeitados nas casas dos expostos, os enviados pela polícia e os “voluntários”, matriculados pelos pais ou tutores. A novidade do recrutamento consistia no fato de os meninos receberem gratuitamente um enxoval e, no caso dos voluntários, os respectivos responsáveis ganharem o “prêmio” de cem mil réis; valor nada desprezível pois representava aproximadamente 20% do preço de um escravo adulto ou que permitiria a compra de duas ou mais crianças escravas (Venancio, 2023, p. 199).

Com a eclosão da Guerra do Paraguai e as transformações no contexto político em virtude do conflito, as companhias de aprendizes perdem o prestígio popular que tinham anteriormente, quando pais e responsáveis matricularam seus filhos em “uma atitude de preocupação e desvelo familiar, pois a referida instituição consistia em uma das pouquíssimas alternativas de aprendizado profissional destinada à infância pobre” (Venancio, 2023, p. 199). Isso porque, diante do despreparo do Império e das forças militares, o governo brasileiro opta por enviar crianças e jovens à guerra.

Em um contexto como esse, seria de se esperar que as companhias de aprendizes marinheiros fechassem as portas. Mas, na realidade, o contrário aconteceu. Em 1865, o número de meninos “prontos” para o recrutamento subiu para 789, quase 20% a mais dos efetivos listados no ano anterior. Isso só foi possível graças à montagem de uma verdadeira máquina de recrutamento forçado, na qual a polícia desempenhava um papel de fundamental importância. O arsenal do Rio, por exemplo, no ano de 1864, pôs 116 meninos à disposição da Armada; um ano mais tarde, essa cifra foi de 269 recrutas. Pelo menos a metade desse contingente havia sido “caçada” nas ruas da capital brasileira, dando origem a centenas de ofícios nos quais as famílias solicitavam às autoridades a devolução do filho recrutado à força (Venancio, 2023, p. 204).

Na Coluna Invicta, a participação de crianças não ocorre por meio de recrutamento forçado, mas elas ainda assim estão presentes. Conhecidos como

mascotes da Coluna, rapazes ainda bastante meninos acompanharam o percurso ao lado dos tenentes, e um destes encontra-se registrado na obra de Ítalo Landucci, “Cenas e episódios da revolução de 1924 e da Coluna Prestes”, importante relato para a compreensão do evento. Nos cabe, no entanto, algumas perguntas ainda a serem respondidas por estudos mais aprofundados: Qual a origem dessas crianças e a quais caminhos foram levadas? Quais os traços de seus cotidianos e vivências? Como a Coluna Prestes e os Tenentes impactaram nas suas infâncias? De que forma o contexto histórico e social do Brasil dos anos 1920 influencia na vida dessas crianças?

O estudo das crianças e infâncias na Coluna Prestes se apresenta como um trabalho em potencial, no sentido em que abre caminhos para pensar três eixos de pesquisa. O primeiro, sem dúvidas, é a possibilidade de novas abordagens da história do movimento, seus diferentes atores, fugindo da exclusiva atuação dos tenentes, dos militares, voltando olhares para além da figura de Luiz Carlos Prestes e seus homens. O segundo eixo volta-se para pensar o lugar da infância em meio a conflitos, a eventos marcados pela imposição da força militar e a lutas populares, seja pegando em armas e atuando no front de guerra, seja apenas exercendo seus papéis de, simplesmente, crianças. Há ainda uma terceira linha, a do direito das crianças à história e à memória, algo que a historiografia brasileira tem avançado, mas ainda a passos lentos.

Considerações finais

O estudo das crianças e dos jovens na Coluna Prestes tem se provado um desafio. A produção historiográfica acerca do movimento explora muito pouco ou quase nada a atuação de personagens que não eram militares e que combateram lado a lado com os revoltosos as ideias da república oligárquica. Junta-se a isso a dificuldade de localizar fontes voltadas para o nosso recorte em meio a um acervo documental vasto, mas com diferente intenção, voltado praticamente para a produção de uma história militar ou do evento em si e de forma generalista. Esses aspectos demonstram que o tema das crianças e infâncias na Coluna Prestes ainda

carece de aprofundamento, o que temos nos proposto a investigar. Pensar, ainda, como foi a infância e a juventude desses indivíduos nos parece um trabalho árduo, mas na mesma medida tentador, uma vez que quase nada conhecemos deste tema e muitas informações relevantes podem ser obtidas. A dificuldade da preservação da história da Coluna é algo esperado, ainda mais se tratando do perfil do nosso recorte, e também do (não) interesse em se preservar arquivos de um movimento de tamanhas proporções organizado por militares contra o governo brasileiro, visto que, em teoria, era dever desses jovens tenentes subordinar-se ao Estado.

A partir de investigação inicial, pudemos concluir que o debate sobre infância e juventude ao longo do tempo e da história, a depender de recortes de raça, classe e gênero, pode ser assumido de lugares bastante diferenciados. Ainda assim, mesmo sendo a Coluna uma experiência coletiva, é fato que cada criança vivencia individualmente impactos das batalhas de forma única. As repercussões e os efeitos de uma mesma situação podem variar para cada indivíduo.

São cem anos da Coluna Prestes, que se completam em outubro de 2024, e está dado que esse tema mantém profunda relação com a contemporaneidade. Suas narrativas e personagens ainda são pouco conhecidos ou nem mesmo abordados pela história. Vale ressaltar, que de um total de 912.846 trabalhos do Catálogo de dissertações e teses na plataforma da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apenas 23 obras discutem o evento.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete. **Estudos da infância no Brasil: encontros e memórias**. 2ª ed. 927. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

AMARAL, Luiz. **Conversando com as mulheres da Columna Prestes**. O Jornal, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1927.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; EARP, Maria de Lourdes Sá; NORONHA, Patrícia Anido. Infância tutelada e educação: história, política e legislação. **Ravil**, p. 579-593, 1998.

BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**. 2 ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CARVALHO, Maria Meire de. **Vivendo a verdadeira vida: vivandeiras, mulheres em outras frentes de combates**. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

COSTA, Miguel; PRESTES, Luiz Carlos; TÁVORA, Juarez. **Manifesto da Coluna Prestes**. 2010. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1925/10/19.htm>. Acesso em: 17 mar. 2025.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

LANDUCCI, Ítalo. **Cenas e episódios da revolução de 1924 e da Coluna Prestes**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1952.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes: Marchas e Combates**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

MOREL, Edmar. **A Marcha da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.

PASETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

VIANNA, Marly. Luís Carlos Prestes. **Revista Novos Rumos**, n. 27. Instituto Astrojildo Pereira, p. 51-65, 1998.